

CORREIO
DAS REGIÕES

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



A comissão é presidida pelo vereador Renato Pupo (Avante)

Rio Preto pode denunciar dirigentes por faltarem a depoimentos da CEI

As representantes da Santa Casa de Casa Branca, Fabiana Mendes Chagas e Willian Vieira Lemes, não compareceram aos depoimentos convocados pela CEI que investiga o convênio de R\$ 11,7 milhões firmado com a Secretaria de Saúde de Rio Preto. O acordo, já rompido, previa mais de 60 mil exames por meio de carretas e teve R\$ 4,7 milhões pagos antecipadamente. O presidente da comissão, vereador Renato Pupo, afirmou que avalia denunciar os convocados por crime de desobediência. A Justiça já determinou o bloqueio de bens dos investigados em ação de improbidade que busca recuperar os recursos pagos ao hospital. O convênio havia recebido parecer contrário da Procuradoria-Geral do Município, mas foi assinado pelo então secretário de Saúde, Rubem Bottas, posteriormente exonerado após a repercussão do caso.

As fotos mostram, mas a Prefeitura nega tudo

A Prefeitura de Araraquara informou que a coleta de lixo na Vila Velosa ocorre regularmente às segundas, quartas e sextas-feiras, após questionamento da vereadora Filipa Brunelli. O Executivo diz que não houve interrupção do serviço e a área recebeu limpeza em 26 de junho. A administração reconheceu atraso em parte da roçada e limpeza urbana. A vereadora contesta a resposta e diz receber reclamações frequentes de moradores.

DIVULGAÇÃO



Segundo o Executivo, não houve interrupção do serviço

Revogada ampliação da Área Azul em Bauru

Após reunião entre vereadores e a prefeita Suéllen Rosim (PSD), a Prefeitura de Bauru revogou a ampliação da Área Azul, cancelou as multas aplicadas nas novas áreas e determinou a retirada dos parquímetros e da sinalização instalada. Um ofício assinado por 15 parlamentares formalizou as reivindicações, citando reclamações de comerciantes e moradores e pedindo estudos técnicos antes de mudanças no sistema. A CEI que investiga o contrato do estacionamento rotativo segue com as oitivas.

UTI para recém-nascidos na região de Barretos

Em até 48 horas, Estado de SP e Prefeitura de Barretos deverão garantir vaga de UTI neonatal para qualquer recém-nascido que necessite do serviço, por decisão liminar da Justiça. O atendimento deverá ocorrer em até 12 horas após solicitação médica, com uso da rede pública, filantrópica ou privada, se necessário. O descumprimento prevê multa diária de R\$ 20 mil por paciente prejudicado.

Atendimentos noturnos

A Secretaria de Saúde de Rio Preto iniciou em julho as Noites Preventivas de Saúde nas UBSS Eldorado e Jardim Simões/Renascença, com atendimento até as 19h. A ação oferece consultas, procedimentos, vacinação e recadastramento do SUS. Consultas exigem agendamento prévio; vacinação ocorre por ordem de chegada.

Leitos psiquiátricos

O vereador Bruno Zancheta voltou a defender a ampliação de leitos psiquiátricos na rede pública de São Carlos. Segundo ele, pacientes aguardam por longos períodos em UPAs e hospitais por vagas para internação. O parlamentar afirma que a saúde mental deve ser prioridade e cobra medidas para ampliar o atendimento especializado.

Obras na Anhanguera

A Comissão de Obras da Câmara de Limeira informou que a construção da passarela no km 134,5 da Rodovia Anhanguera está na fase inicial, com serviços de demarcação e instalação de placas. Uma nova vistoria foi marcada para 23 de julho. O colegiado também cobrou da Prefeitura medidas para reforçar a iluminação no Parque Hipólito.

Caso Miguel em Sorocaba

A Comissão Especial da Câmara de Sorocaba ouviu funcionários da UPH Zona Oeste sobre o primeiro atendimento ao bebê Miguel, morto em junho com sinais de abuso. Os profissionais afirmaram ter comunicado suspeitas de negligência ao Conselho Tutelar em fevereiro. A comissão vai ouvir representantes do Gpaci para apurar possíveis falhas na rede de proteção.

Tema é a Serra do Japi

A Câmara de Jundiá realizará duas audiências públicas em agosto para discutir projetos voltados à proteção da Serra do Japi. Os encontros serão nos dias 6 e 13, às 18h. As propostas tratam da restrição de atividades imobiliárias na região e de medidas para fortalecer a preservação ambiental.

Crematório em Franca

A Câmara de Franca realiza em 24 de julho, às 10h, audiência pública para discutir o Projeto de Lei que estabelece regras para instalação e funcionamento de crematórios públicos e privados no município. A proposta define critérios sanitários, ambientais e urbanísticos, além de normas para licenciamento e controle de emissões.



A decisão prevê multa diária de R\$ 100 mil à Prefeitura e à empresa responsável

Suspensão judicial amplia impasse sobre obra da Marginal Itanguá

Liminar da Justiça determina paralisação imediata do Trecho II

Da Redação

A suspensão das obras do Trecho II da Marginal Itanguá, determinada pela Justiça Federal, amplia o impasse em torno de um dos principais projetos viários de Sorocaba. A liminar, concedida na última quinta-feira (2), determina a paralisação das obras até que sejam esclarecidos os impactos ambientais apontados em ação popular movida por moradores da cidade.

A decisão, assinada pela juíza Raquel Alice Zilli Cavalcante, prevê multa diária de R\$ 100 mil à Prefeitura de Sorocaba e à empresa Casamax Comercial e Serviços Ltda., responsável pela obra, em caso de descumprimento. O despacho também determina o isolamento da área e a afixação de aviso informando o embargo judicial.

Antes da concessão da liminar, conforme o Correio já havia noticiado, a Justiça já tinha estabelecido prazo de cinco dias para que a Prefeitura apresentasse manifestação sobre os questionamentos levantados na ação. Ao conceder a liminar, a magistrada entendeu que permanecem dúvidas sobre os impactos ambientais do empreendimento e considerou necessária a suspensão das

intervenções.

Na decisão, a juíza afirma que o interesse público na obra não pode prevalecer sobre a proteção do Bioma Mata Atlântica diante de indícios de irregularidades e risco de danos irreversíveis ao meio ambiente.

A ação popular foi apresentada por quatro moradores da região do Central Parque, que contestam o processo de licenciamento ambiental da obra. Entre as alegações estão suposto subdimensionamento dos impactos ambientais, ausência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), falta de anuência prévia do Ibama para a supressão de vegetação nativa e omissões em levantamentos da fauna da área.

Com orçamento de R\$ 68 milhões, o Trecho II da Marginal Itanguá tem sido alvo de manifestações de moradores, que denunciam o desmatamento da área e a morte de animais silvestres durante as intervenções, como saguis.

O Correio da Manhã entrou em contato com a Prefeitura de Sorocaba para saber se o município já foi notificado da decisão, se as obras foram paralisadas e se pretende recorrer da liminar. Mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.